



Brasília, 21 de dezembro de 2020

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL

A Plenária Nacional Virtual da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) foi realizada nas tardes dos dias 11, 12 e 15 de dezembro de 2020, por meio da plataforma Zoom.

A plenária contou com a participação de 39 entidades, total de 146 delegadas e delegados credenciadas/os, entre os quais 63 mulheres e 83 homens. A plenária teve início às 14h do dia 11, com os informes da Direção Nacional. Em seguida foi aberto o debate sobre a conjuntura nacional e internacional, Reforma Administrativa; as PECs 186 (Emergencial), 187 e 188; os cortes na Educação; os ataques à autonomia das IFE; o desmonte do Estado; o adiamento do XXIV CONFASUBRA e a prorrogação do mandato da Direção Nacional e do Conselho fiscal. Os informes de base foram encaminhados por escrito. No segundo dia da plenária teve sequência o debate da conjuntura e o encaminhamento das propostas apresentadas. Os delegados e delegadas presentes aprovaram o adiamento do XXIV CONFASUBRA, por um ano. A convocação do CONFASUBRA será avaliada em plenária que ocorrerá no mês de junho de 2021, considerando o andamento da pandemia e do processo de vacinação. Também foi debatida e aprovada a prorrogação do mandato da Direção Nacional e do Conselho Fiscal, para o mesmo período, em virtude da pandemia da Covid-19.

Tendo em vista o encerramento do horário previsto, foi discutida e aprovada a suspensão da Plenária e sua continuidade no dia 15, terça-feira, com início às 15h.

PROPOSTAS APROVADAS

1. Adiamento do Congresso da FASUBRA e prorrogação do mandato da Direção Nacional e Conselho Fiscal por um ano, com avaliação em junho de 2021, considerando o andamento da pandemia e do processo de vacinação.
2. A FASUBRA deve ingressar com processo judicial em nível nacional (abrangendo todas as entidades filiadas que tenham Hospitais Universitários) exigindo o fornecimento da CAT a todos os trabalhadores dos HU, testagem em massa e disponibilização de EPI de qualidade.



3. A FASUBRA deve exigir, através de campanha nacional, que o retorno ao trabalho só se dê mediante a vacina e com total garantia de imunização, segurança e higiene.
4. A FASUBRA e as Entidades de Base continuem com as ações concretas contra a Reforma Administrativa, e demais PECs e PLs que visem a retirada de direitos dos servidores públicos com atividades de rua, onde for possível, respeitando as orientações das autoridades sanitárias.
5. Começar imediatamente as articulações com as Centrais Sindicais e Entidades e nas redes sociais com agitações e eventos, como lives entre outros para a construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, no contexto imediato pós pandemia, com a finalidade de reorganizar a classe trabalhadora e apontar os caminhos de luta unitária do conjunto do movimento sindical.
6. Utilização de parte dos recursos das entidades de base, da Fasubra, e outras entidades do serviço público, respeitando a autonomia política e financeira de cada entidade, para realização de propaganda em rádios e TVs em defesa do serviço público e contra a reforma administrativa
7. Atualizar e Restabelecer o referencial do Projeto Universidade Cidadã para as(os) Trabalhadoras(es), na base, na sociedade e nas Estruturas do Estado: Fazer o debate na base sobre Função Social, Democracia, Autonomia, Financiamento.
8. Continuar e fortalecer a Política Nacional de Resistência e Enfrentamento – Disputa na Estrutura do Estado (Congresso, Judiciário e Executivo) – exemplo de dezembro: PEC Emergencial - Reforma Administrativa - PLP 101 (Plano Mansueto), Política Fiscal -PLP 137, Superávit e coronavírus - PLP 4372, FUNDEB - PL 5307, Lei Cambial. Reforma Administrativa e PEC Emergencial devem ser debatidas em conjunto, e que retomemos as deliberações de plenárias anteriores sobre a movimentação destas matérias no Congresso Nacional.
9. A FASUBRA deve incentivar a criação ou fomento e apoio a comitês de base, municiando-as com material informativo específico sobre a Reforma Administrativa, PEC Emergencial, Dívida Pública, e outros temas caros à categoria.
10. Nominar e homenagear todos os colegas da nossa categoria vitimados pela COVID-19.
11. Manutenção do Estado de Greve contra a Reforma Administrativa e PEC Emergencial.
12. Articulação nacional com entidades e centrais para construção de agenda nacional de luta contra a Reforma Administrativa e PEC Emergencial, priorizando atos regionais e locais em datas unificadas nacionalmente (seguindo os protocolos de saúde e segurança).
13. O FONASEFE deve manter a campanha de valorização do serviço e dos servidores públicos, em especial, focando a virada do ano e a vacinação para todos, a começar pelos profissionais de saúde, além dos beneficiados por lei.
14. Intensificação de cursos de formação política e eventos organizados pela Federação e com eventuais transmissões cruzadas no Facebook pelas entidades filiadas sobre os temas já mencionados; o papel das entidades federais de ensino e seus trabalhadores para a superação



do subdesenvolvimento, da dependência econômica e tecnológica, do colonialismo cultural e científico, que são características do Brasil; a conjuntura latino-americana e; a construção de uma revolução brasileira.

15. Continuar o enfrentamento às reformas do governo e os indicativos de retorno das atividades.

16. Campanha de mídia para tratar dos temas das reformas e como elas atacam os direitos do povo para estabelecer melhor diálogo com a população.

17. Repúdio ao representante da Fundação Palmares, ligado ao Ministério da Cultura, que tem práticas e interesses racistas.

18. Que a Fasubra, junto com as Entidades de Base, lance uma campanha que mostre para a população o fazer do servidor e a importância dos servidores e serviços públicos, contra a PEC Emergencial e a Reforma Administrativa.

19. Que a Fasubra comece imediatamente uma ampla campanha para pautar a luta contra violência sofrida pelas mulheres, pelos negros, pela população LGBTQIs+ e o assédio que tem se intensificado durante a pandemia.

20. Cobrar do governo federal a criação e implementação de um plano de vacinação para o povo brasileiro aprovado pela ANVISA.

21. Realizar debate sobre conjuntura nacional e internacional com palestras em um turno e debate com as entidades no contra turno. Proposta a ser efetivada pela direção nacional no primeiro trimestre de 2021.

22. A Fasubra deve encaminhar para a frente ampla e para entidades nacionais uma proposta de vigília e campanha de hashtags nesta semana sobre o julgamento no Supremo acerca da ADPF contra a intervenção nas IFE.

23. Frente ampla em defesa da autonomia universitária.

24. Luta pela democracia, autonomia e respeito aos Reitores e Reitoras eleitos nas Universidades e Institutos Federais.

25. Campanha em favor da vacinação contra o coronavírus e repúdio ao negacionismo científico do atual governo.

26. Construir um calendário de mobilização em conjunto com as entidades do FONASEFE, a partir de janeiro com objetivo de barrar as PECs.

27. Retomar os encontros regionais para manter a mobilização na base;

28. Manter pressão juntos aos parlamentares nos Estados.

29. Realizar atividades nas universidades: assembleias comunitárias, reunião dos conselhos universitários, etc, para debater as PECs.

30. Articulação e fortalecimento de um fórum dos HUs para proteção da vida dos profissionais da saúde na linha de frente no combate à covid.



31. A FASUBRA deve envidar todos os esforços possíveis para concretizar a proposta de alteração/revisão da IN 02/2018, encaminhada ao Departamento de Relações de Trabalho do Ministério da Economia, para dar, entre outras, condições de gestão para elaboração das escalas e plantões dos Hospitais Universitários.
32. A FASUBRA deve envidar todos os esforços para tentar alterar o artigo 7, §3º, inciso 3º da IN 109/2020, que obriga o retorno dos trabalhadores com comorbidades ao trabalho presencial;
33. Que a FASUBRA desenvolva uma campanha contra o racismo institucional, assédio moral no trabalho.
34. Que a FASUBRA, ANDES, SINASEFE, UNE intensifiquem campanhas imediatas contra as intervenções na direção das universidades. Que seja respeitado o resultado eleitoral. Abaixo a lista tríplice.
35. Continuar o processo de construção da greve dos Trabalhadores do Serviço Público, e continuar o debate sobre greve sanitária no mínimo da educação superior e tecnológica.
36. Participação na Plenária Nacional em Defesa da Educação Pública no dia 16 de dezembro.
37. Iniciar a campanha de Mídia da Fasubra em janeiro de 2021. #Fora Bolsonaro e Mourão. Em Defesa dos serviços públicos e seus servidores.
38. Campanha em conjunto com o FONASEFE- “Vacina para o povo, já!!” Defesa da Vida como prioridade; Manutenção do Isolamento Social (como regra geral) até que haja vacina ou que haja embasamento científico que defenda a possibilidade de retorno às atividades presenciais com segurança; sem aula presencial e sem trabalho presencial.
39. QUE A FASUBRA INICIE IMEDIATAMENTE CAMPANHA PELA VACINAÇÃO. Seja pelas redes e nas ruas, e tenha dia 16/12 como largada desta campanha.
40. Que a coordenação jurídica, o coletivo jurídico e a coordenação de seguridade social da FASUBRA se reúnam , e a partir das informações e demandas coletadas no encontro de HUs formulem as iniciativas cabíveis para as questões trazidas que ainda não estejam contempladas nas ações judiciais em andamento.
41. A FASUBRA reafirma a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95, que colocou limite para todas as áreas sociais por vinte anos, excetuando o pagamento da dívida pública.
42. A FASUBRA reafirma a posição de luta pela revogação da Reforma da Previdência.
43. Organizar carreatas nacionalmente com as centrais, com faixas contra as PECs da reforma administrativa e emergencial, contra desmonte do serviço público, contra corte de verbas das universidades e seus HUs, denunciando o governo genocida.
44. Reafirmar a Campanha de Mídia Unificada (regional e nacional) contra a Reforma Administrativa;
45. Continuar com a campanha #ForaBolsonaroEMourão.



46. Reforçar a campanha de aprovação do FUNDEB somente para a educação pública e denunciar os parlamentares que votarem contra.
47. Cobrar das centrais sindicais - CONLUTAS, CTB, CUT, INTERSINDICAL, entre outras - da UNE, do MTST, a construção de calendário de lutas a favor da vacinação para todos/as, para barrar a reforma administrativa e construir um programa alternativo que possa garantir emprego e direitos sociais, demonstrando que há recurso,s suficientes para tal.
48. Que cobremos das grandes organizações citadas acima, que em janeiro se realize uma grande plenária da classe trabalhadora, juventude e movimentos sociais (negros, LGBTQI, mulheres e etc)para organizar a luta contra bolsonaro, por vacina, e um programa alternativo para tirar o país da crise.
49. Que a FASUBRA continue o mapeamento de dados sobre os profissionais da Saúde dos HUs e dos serviços sociais que foram contaminados e que ficaram com sequelas, bem como o número de falecimentos e negativados.
50. Incentivar as entidades de base a organizarem debates sobre: A) desregulamentações das RT; B) diferentes relações de trabalho; C) substituição tecnológica; D) - inclusão de trabalhadoras e trabalhadores nas bases de representação (informais - 40 milhões, desempregados, excluídos, LGBTI, índios, negras/os, pescadores, barragens, povos marginalizados do campo e da cidade, cidadãs e cidadãos vulneráveis).
51. Promover a discussão sobre a necessidade de ressarcimento dos servidores em Trabalho Remoto compulsório, por conta dos gastos extras e economia divulgada pelo governo. Pela revogação e pela não aplicabilidade da IN 109.
52. Orientação para Abertura de canais específicos para denúncias sobre condições de trabalho nos HUs nos sindicatos de base para que a Direção Nacional em conjunto com eles monte um dossiê, contra a atuação do Governo e da Ebserh.
53. Chamar as entidades de base a contribuírem com esse processo de auditoria da dívida pública com participação popular.
54. Intensificação da participação da Fasubra e entidades filiadas nos espaços da Auditoria Cidadã da Dívida como o Conselho Político e núcleos estaduais, que agregam entidades sindicais e populares nos temas que impactam a maior parte dos temas debatidos na Plenária.
55. Manter pressão sobre os deputados e senadores para fortalecer a luta contra esse governo que não negocia com os trabalhadores. Intensificar a luta pela abertura da negociação coletiva do serviço público.
56. Promover a denúncia dos testes para COVID que estão para vencer, e cobrar a realização do teste em toda população.
57. Que a FASUBRA oriente as entidades de base a providenciar máscaras estampando frases contra a reforma administrativa e outros ataques do governo.



58. Que a FASUBRA cobre da ANDIFES a responsabilidade dos gestores do HUs que implementem o CAT. Em caso de contaminação de profissionais pela COVID.
59. Que a Fasubra intensifique a campanha contra a Ebserh. Que articule a luta junto aos fóruns nacionais e estaduais em defesa da saúde pública e do SUS
60. Solidariedade à esposa do Cosme, e apoio às suas necessidades. Campanha de solidariedade ativa. (João Paulo e Zé Maria)

MOÇÕES APROVADAS

1. Nota de repúdio

A FASUBRA Sindical vem a público expressar sua posição contrária à intervenção federal na reitoria da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tal situação, cada vez mais recorrente neste tenebroso momento que enfrenta a educação no Brasil, demonstra uma afronta do MEC e do governo federal à autonomia universitária e à democracia. Apesar da complexa situação pela qual passa a UFS em seu processo eleitoral, com a formação de um colégio eleitoral especial que desrespeitou a Consulta Pública à comunidade, a UFS possui regulações para resolver estas questões sem ferir sua autonomia.

Neste sentido, a FASUBRA Sindical manifesta seu total apoio às entidades representativas da UFS, que solicitam a retirada imediata da interventora, profa. Liliádia Barreto.

2. Fasubra apoia a Luta das Mulheres na Argentina.

Considerando, a cada ano, mais de 38 mil mulheres são internadas na Argentina, vítimas de abortos mal feitos;

Considerando que desde 1983, mais de três mil mulheres morreram por estas condições;

Considerando que as mulheres mais pobres e vulneráveis são as maiores vítimas, porque se submetem a abortos clandestinos, já que não podem pagar por um aborto seguro.

Considerando o importante crescimento da luta dos movimentos de Mulheres pelo mundo.



Considerando a aprovação do projeto de lei pela Câmara dos deputados argentino e a possível aprovação no senado.

A Plenária dos delegados e delegadas sindicais dos trabalhadores das universidades brasileiras organizados na Fasubra vem declarar seu apoio a luta das Mulheres na Argentina pela legalização do aborto.

3. Direção da CBTU
Aos cuidados da presidência.

A FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, que representa mais de 200 mil trabalhadoras e trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino em todo o país, tomou conhecimento do processo que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos move um processo judicial contra Pablo Henrique, visando a sua demissão.

Pablo é membro da diretoria do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte e tem reconhecida atuação nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores da empresa e em defesa do caráter público e estatal da Companhia.

4. Moção de repúdio às demissões dos porteiros do grupo de risco da UnB e remanejamento no setor de portaria
Na Universidade de Brasília em plena pandemia as empresas terceirizadas desrespeitam direitos básicos dos trabalhadores terceirizados garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho.

Parcelam Vale Transporte e Vale Alimentação, não concedem o auxílio saúde, além de indícios de prática de assédio moral e demissões.

Essa postura das empresas é matéria constante na imprensa do DF e também registrada no Ministério Público do Trabalho e na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

No dia 25 de novembro de 2020 a empresa SERVITE em término de contrato com a UnB e descumprindo a Cláusula de Continuidade (trigésima segunda) da Convenção Coletiva demitiu os 23 porteiros do grupo de risco da COVID 19 e remanejou dezenas de porteiros efetivos, prejudicando principalmente as trabalhadoras mulheres em relação a condução no final do expediente.



Diante dessas barbaridades das empresas contratadas pela UnB a FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) em Plenária Nacional nos dias 11 e 12 de dezembro, aprovou moção de repúdio contra as demissões dos porteiros do grupo de risco e remanejamento dos trabalhadores, afirmando que a vida dos trabalhadores e trabalhadoras importa.

Repudiamos as práticas desumanas das empresas da UnB e exigimos da reitoria:

- 1- O cumprimento da cláusula de continuidade, readmissão dos porteiros do grupo de risco JÁ!
- 2- Não ao remanejamento, retorno dos porteiros aos seus Departamentos!
- 3- Que as empresas cumpram os direitos trabalhistas dos terceirizados da UnB previstos na Convenção Coletiva de Trabalho de 2020.

Obs: Proposta de Moção, da Comissão dos Trabalhadores Terceirizados da UnB em defesa da Vida, se aprovada a Moção, pedimos que seja publicada na página da Fasubra e também enviada para E-mail e Site da Reitoria da UnB."

5) Moção de solidariedade às trabalhadoras e aos trabalhadores em situação de terceirização da UnB

Nós da FASUBRA reunidos na plenária dos dias 11 e 12 de dezembro, de forma virtual, deliberamos por demonstrar nossa solidariedade para com todas as trabalhadoras e trabalhadores em situação de terceirização do país em especial às da UnB que tem passado por grande opressão neste momento já bastante difícil de pandemia.

Temos desacordo com as demissões em tempos de pandemia que aí ocorreram, às perseguições e mudanças de locais de trabalho além dos direitos represados e pagamentos atrasados principalmente das pessoas de grupo de risco.

Assim sendo, solicitamos à empresa SERVITE que garanta o pagamento das próximas 3 parcelas do acordo das trabalhadoras e trabalhadores que além de serem grupo de risco, não receberam o que esta empresa deveria ter pago no prazo. E exigimos que a próxima empresa que assuma recontrate a todas e todos demitidos na mesma função que estavam de porteiros com o fundamento no §1º da cláusula 32 da Convenção Coletiva de trabalho de 2020/2020 (Incentivo a Continuidade)."

As moções serão encaminhadas após a análise jurídica.



DEZ-01

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

CALENDÁRIO

JANEIRO

05

REUNIÃO DO FONASEFE